



Resenha

Igliori, Danilo Camargo. *Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2001. 147 Páginas.

Economia dos clusters industriais e desenvolvimento

Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira¹

O texto do livro *Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento* coloca em discussão a dimensão regional do desenvolvimento econômico. O que se pretende é compreender quais são as relações existentes entre desenvolvimento e formação de sistemas produtivos locais sistematizando a discussão teórica relevante. Embora as questões relativas ao desenvolvimento façam parte das preocupações da ciência econômica desde os clássicos, de acordo com Hirschman (1981), a chamada Economia do Desenvolvimento estruturou-se a partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente sob a influência do sucesso da Teoria Keynesiana e utilizando-se dos seguintes pressupostos básicos:

- a) A realidade das regiões mais pobres do mundo (países menos desenvolvidos) é distinta o suficiente para justificar a classificação dos países em dois grupos e a construção de um instrumental teórico que incorpore tais diferenças;
- b) As relações econômicas entre os países dos dois grupos podem ser formuladas de modo a serem benéficas para ambos;
- c) As políticas públicas e o relacionamento internacional são meios importantes ao encaminhamento das soluções para os principais problemas destas regiões.

¹ Doutor em Organização Industrial pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, Coordenador do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento regional da Universidade de Taubaté – UNITAU. E-mail: edson@unitau.br.

Nesse contexto, foi produzida uma vasta licenciatura que de um lado buscava explicar a natureza dos problemas que determinavam a realidade dos países mais pobres e, de outro, visava a identificar de que modo estes poderiam iniciar um processo de desenvolvimento que os aproximasse dos padrões dos países mais ricos. Inicialmente, a idéia de desenvolvimento envolvia pouco mais do que o conceito de crescimento econômico.

No entanto, foi sendo ampliada para incluir objetivos sociais. Arndt (1987), em seu estudo sobre a evolução histórica da idéia de desenvolvimento, mostra que a partir da década de 60 questões relativas às necessidades básicas da população, ao desemprego e, especialmente, à desigualdade passaram a ser cada vez mais incorporadas à análise.

Recentemente, com o crescimento das preocupações ambientais, passaram a fazer parte das discussões sobre desenvolvimento questões relativas à capacidade das sociedades sustentarem no tempo seus padrões de consumo, introduzindo no debate variáveis pertencentes às ciências naturais e novas reflexões de natureza ética.

Apesar da relevância da discussão enunciada acima, para tratar de questões empíricas torna-se preciso examinar “estratégias” voltadas à promoção do desenvolvimento. Tradicionalmente, o debate sobre políticas de desenvolvimento. Tradicionalmente, o debate sobre políticas de desenvolvimento concentrou-se em entender quais seriam os papéis do estado e dos mercados neste processo, tomando os países como unidade geográfica de análise.

Entretanto, com a evolução da integração econômica internacional e frente às experiências regionais vividas por alguns países, a dimensão espacial da economia vem ganhando proeminência em estudos acadêmicos e tem despertado o interesse de órgãos de governo e agências internacionais. Além disso, a investigação sobre as formas de atuação de organizações não-governamentais e associações da sociedade civil tem sido considerada na análise sobre o processo de desenvolvimento com maior frequência.

A partir da década de 70, o mundo ocidental passou a viver menores taxas de crescimento. Com a primeira crise do petróleo e o desgaste do arranjo internacional instituído no acordo de *Bretton Woods*, governos e empresas de diversos países precisariam iniciar um processo de industrialização decorrente da substituição de importações e da sustentação de altas taxas de crescimento, com intensa

participação do Estado, passou a mostrar fortes sinais de que não poderia ser continuado com a mesma intensidade .

Paralelamente, neste mesmo período, iniciou-se um processo de grande mudança tecnológica associado à informática e às telecomunicações com impactos não triviais sobre os custos de produção e formas de organização da atividade econômica, dando origem a uma série de novos produtos e fatores. Como consequência, a produção em massa de bens e serviços baseada nas grandes linhas de montagem também passou a ser questionada, abrindo espaço para formas mais flexíveis de produção, capazes de realizar com mais agilidade bens com considerável diferenciação qualitativa. Vinculando a esse novo cenário tecnológico, pôde-se observar um aumento da velocidade de mudança das técnicas adotadas e das características dos produtos correspondentes

Adicionalmente, associado às realidades econômicas e tecnológicas recentes ocorreu um aumento no padrão de competição internacional, resultante da maior integração entre os países e da maior mobilidade de produtos e recursos. Com o objetivo de entender os determinantes do desempenho econômico de empresas, países ou regiões, neste contexto, inserem-se as investigações de diversos pesquisadores sobre os sistemas produtivos locais ou sobre os chamados clusters de atividade econômica.

Na realidade, não existe uma definição consensual sobre a noção de clusters e alguns autores que tratam de assuntos correlacionados não chegam a utilizar este termo. Entretanto, apesar de diferenças terminológicas, pode-se identificar preocupações com semelhanças significativas e conclusões fundamentadas em fenômenos que também apresentam características comuns.

Schmitz (1999) enfatiza que o interesse pelos clusters industriais tem crescido por parte dos pesquisadores em função da existência de diversos “casos de sucesso” em tempos recentes, tanto em países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. É ressaltado, entretanto, que o volume de trabalhos que tratam das experiências nos países desenvolvidos ainda é bem modesto se comparado com os que se referem aos países avançados.

Os trabalhos de teoria econômica ortodoxa, em que se destacam as contribuições de Krugman (1991, 1991b, 1995), a preocupação com a formulação de políticas possui um papel secundário. O que norteia sua investigação é o entendimento dos padrões de distribuição espacial das firmas, para explicar características do comércio (regional, nacional e internacional) e do funcionamento do mercado. Na essência de sua

análise, estão os fundamentos teóricos das economias externas, dos retornos crescentes e da presença de estruturas imperfeitas de mercado.

Já os trabalhos em que os sistemas de inovação possuem lugar central, como os de Freeman (1994 e 1995), estão voltados ao entendimento das características que potencializam a geração de maiores fluxos de inovações, analisando sobretudo as ligações existentes entre as empresas e a participação dos governos, instituições de pesquisa e associações na criação de uma rede de relacionamentos. Tais estudos procuram compreender qual é o papel da mudança tecnológica no desempenho econômico das empresas e o impacto destes fluxos de inovação no desenvolvimento regional e nacional.

O debate sobre os direitos industriais focalizou um conjunto de experiências de determinadas regiões da Europa e, sobretudo, da Itália examinando as perspectivas regiões da Europa e, sobretudo, da Itália examinando as perspectivas de um modelo de organização socioeconômica que combine desempenho econômico com maiores possibilidades de emprego.

O que está em questão é a realidade de casos definidos histórica e geograficamente ocorridos a partir do final da década de 70. Neste contexto, é dada ênfase ao papel das pequenas empresas que estariam desafiando o “paradigma” da produção em grande escala e, de alguma maneira, confirmando a relevância do que está sendo chamado de “especialização flexível”.

Ao examinar os estudos mencionados acima, bem como os estudos de casos selecionados, fica claro, no entanto, a existência de dificuldades relevantes para a identificação dos clusters, dando margem a problemas de classificação. Adicionalmente, muitas das variáveis analisadas são de natureza qualitativa e, portanto, de difícil mensuração. Neste sentido, vale notar a consideração feita por Altemburg e Meyer-Stamer:

Embora o interesse pelos clusters tenha crescido motivado pelos acontecimentos das últimas décadas, alguns dos temas importantes para sua compreensão já estão presentes na literatura econômica desde o século passado. É o caso das discussões sobre as economias externas, retornos de escala e o papel das ações cooperativistas para o desempenho econômico de empresas e regiões.

A despeito das variações encontradas na literatura, pode-se afirmar que um cluster é caracterizado pela concentração espacial e setorial de empresas, em que o desempenho dessas, pelo menos

parcialmente, é explicado pela interdependência existente entre as firmas.

Entende-se que a interdependência existente entre as firmas de um cluster é decorrência da proximidade geográfica e setorial. Embora tal interdependência possa manifestar-se de maneiras diversas e intensidades igualmente diferenciadas nos casos particulares, de modo geral apresentam-se duas formas: economias externas e relacionamentos cooperativos.

Uma diferença essencial, envolvendo as economias externas e os relacionamentos cooperativos, encontra-se na intenção dos agentes para que a interdependência ocorra. As economias externas ocorrem como um resultado “automático” da concentração, em suas duas dimensões. Já os relacionamentos cooperativos, como o próprio nome indica, resultam de ações deliberadas dos participantes de um cluster.

A importância econômica dos clusters associa-se aos aumentos de competitividade que as duas formas de interdependência podem gerar para as firmas. Os ganhos de competitividade podem ocorrer por meio de redução de custos, pela diferenciação qualitativa ou pela capacidade das firmas em responderem de forma ágil às mudanças nas exigências dos mercados.

Na formação dos ganhos de competitividade, destaca-se o papel das inovações. Essas podem ser desencadeadas pela existência de economias externas, como por força de ações cooperadas. O que se percebe é que o dinamismo econômico de um cluster está diretamente vinculado à presença de um fluxo contínuo de inovações incrementais, pois essas contribuem para os três fatores responsáveis pela maior competitividade.

Outro aspecto que se relaciona com o aumento de competitividade e confere singularidade aos clusters é a presença de práticas de concorrência combinadas com práticas de cooperação. Neste sentido, destacam-se os distritos industriais europeus que podem ser considerados como um caso particular de cluster, onde existem relacionamentos sistemáticos com grande intensidade entre as firmas. A particularidade dos distritos que mais se destaca é a existência de uma forte identidade social e cultural entre as pessoas que fazem parte do cluster, decorrentes dos processos históricos específicos que originaram os distritos.

Após examinar a literatura que trata dos fundamentos teóricos dos clusters e observar os resultados presentes em estudos de casos, pode-se sistematizar os pontos principais referentes às preocupações

desta dissertação, por meio das considerações que apresentaremos a seguir.

Inicialmente, deve-se notar que os trabalhos originais de Marshall contêm maiores contribuições para a explicação dos fundamentos dos clusters do que é usualmente reconhecido. Além de conceituar e explicitar a importância das economias externas à concentração industrial, o autor teceu considerações sobre as associações cooperativas e sobre o papel do conhecimento no desempenho de firmas e nações. O que é particularmente interessante para o estudo dos clusters é sua afirmação de que trabalhadores com maiores habilidades de caráter geral tornam-se mais aptos a se adaptarem a mudanças nas condições de trabalho e estabelecerem relações de confiança.

De qualquer forma, as proposições relacionadas aos clusters que receberam tratamento mais detalhado de Marshall são as referentes ao confronto entre economias internas. A posição era a de que, apesar das vantagens associadas à formação de economias externas, existiria uma tendência das firmas grandes expulsarem as pequenas dos mercados, concluindo pela preponderância das economias internas sobre as externas em muitos setores importantes. No entanto, o autor admite que essa tendência não se verificava na extensão esperada.

Ao tentar obter explicações para essa última constatação, Marshall antecipou a discussão sobre os dois elementos que possuem relevância no debate contemporâneo sobre os clusters. Em primeiro lugar, identificou a existência de setores em que a tecnologia utilizada faz com que as grandes firmas sob um mesmo teto, diminuindo as vantagens das economias internas sobre as externas. O que se verifica atualmente é que os clusters que apresentam maior capacidade competitiva localizam-se em setores com tecnologias que se aproximam dessas características.

E em segundo lugar, mas não menos importante, é destacada a importância das diferentes formas de gestão das empresas. Além de considerar que as vantagens de capacidade gerencial das grandes sobre as pequenas empresas não são evidentes, introduz na análise outras formas de organização que se verificam nos clusters atuais, como o sistema doméstico de produção e a subconcentração de tarefas específicas.

Contudo, alguns elementos importantes para a discussão dos clusters não foram abordados por Marshall ou foram tratados de forma

distinta do que se constatou na análise teórica posterior ou nas expectativas reais.

Na abordagem de Marshall pode-se identificar um confronto entre as economias externas e economias internas. O autor procurou avaliar qual das duas teria maior capacidade de gerar aumentos de produtividade por meio da divisão do trabalho e da especialização. No entanto, verifica-se na análise de Krugman e nas experiências dos clusters que a associação entre economias externas e internas em etapas distintas da produção e comercialização de um bem pode gerar resultados interessantes em termos de competitividade.

A análise de Krugman, baseada em modelos formalizados matematicamente, indica que se existirem retornos crescentes de escala na função de produção das firmas, podem ocorrer situações que impulsionem a concentração industrial, exatamente pelo surgimento das economias externas. No entanto, percebe-se que os modelos são dependentes de forma funcionais e valores dos parâmetros, impossibilitando construções genéricas.

A conclusão é que, apesar de existirem evidências a respeito da relevância das economias externas sobre o resultado das empresas, não é possível determinar as conseqüências desses impactos nem mesmo garantir sua existência de forma inequívoca, como resultado da concentração espacial. Sendo necessário, portanto utilizar hipóteses auxiliares.

A ponderação sobre a importância das economias externas pode, de alguma maneira, ser constatada na análise empírica dos clusters. Ao observar o que ocorre em diferentes casos ou na trajetória de um único cluster, pode-se argumentar que o papel das economias externas tem sido bastante heterogêneo, existindo situações em que as mesmas não são suficientes para sustentar a competitividade das firmas, após mudanças no padrão de concorrência dos mercados.

Adicionalmente, pode-se dizer que não estão presentes na análise de Marshall mais dois elementos importantes para a compreensão dos clusters: o papel das interações deliberadas entre as firmas e instituições para o aparecimento de inovações, e a importância da identidade social e cultural dos agentes. Consideramos esse elemento abaixo.

A análise sobre o papel das inovações, que tem origem nas contribuições seminais de Schumpeter, assume lugar central nas discussões sobre a competitividade das firmas organizadas em clusters e vai além das observações sobre os *spillovers* elaboradas por Marshall.

Embora Shumpeter tenha priorizado as inovações radicais, que não podem ser induzidas pela ação deliberada dos agentes, os trabalhos de tradição neo-schumpeteriana têm enfatizado a importância das inovações incrementais que surgem exatamente das diversas formas de relacionamento entre os agentes.

É a perspectiva de se promover fluxos contínuos de inovações incrementais que merece destaque no estudo dos clusters. O que se percebe é que a interdependência existente entre as firmas de um cluster potencializa o surgimento de inovações incrementais. Neste processo, ganham relevância a participação de universidades e demais centros de pesquisa, que ao manterem relações com as empresas aumentam ainda mais as chances de se obter inovações tecnológicas.

Deve-se destacar, nesse sentido, que a existência de relações sistemáticas entre firmas e centros de pesquisa associada à presença de características institucionais de uma região contribui para o que está sendo chamado de sistema de inovação. O que confere interesse no âmbito do estudo dos clusters é que, a despeito da crescente integração internacional, constata-se que esses sistemas possuem dimensões regionais e nacionais. De acordo com Freeman, tal fato decorre justamente da dependência que as firmas possuem de suas redes de relacionamento e das características de seus ambientes locais para incorporar inovações.

Deve-se argumentar, no entanto, que os sistemas de inovação e os clusters, apesar de relacionamentos, configuram fenômenos distintos. Os sistemas de inovação podem incluir um grande número de setores e a dimensão regional não é tão definida como nos casos dos clusters, podendo envolver espaços maiores. Pode ocorrer que, em casos específicos, um cluster também represente um sistema de inovação. Entretanto, podem existir cluster que não se configurem como tal ou sistemas de inovação que não envolvam clusters.

De qualquer modo, a discussão mostra a importância de características dos ambientes econômicos e institucionais para a geração de inovações. Dado que a manutenção de fluxos de inovação é fundamental para a competitividade das firmas, é desejável que um cluster seja simultaneamente um sistema de inovação. No entanto, os processos de inovação têm se revelados muito heterogêneos e apresentado resultados diferenciados, o que dificulta o estabelecimento de relações causais que possam garantir a coexistência de cluster e sistemas de inovação.

O exame dos distritos industriais adiciona ao estudo dos clusters mais alguns pontos importantes. Primeiramente, parece ser

fundamental para a explicação do dinamismo verificado nessas regiões a existência de uma identidade sociocultural. Tal identidade seria responsável pelo estabelecimento de relações de confiança e pela maior realização de atividades corporativas entre os agentes. Em segundo lugar, destaca-se a presença de um grande número de pequenas e médias empresas produzindo poucos produtos. O resultado foi à manutenção de altos níveis de competitividade, como produto da combinação de concorrência e cooperação, durante as décadas de 70 e 80.

No entanto, frente às dificuldades vividas por alguns distritos durante a década de 90 e pelas limitações em se avaliar de forma precisa os impactos de traços de identidade entre os agentes, pode-se questionar se o sucesso atribuído aos distritos é de fato decorrente de suas características intrínsecas ou se o mesmo deve-se, primordialmente, à confluência de fatores externos, que estiveram presentes durante um período e favoreceram aquelas regiões de forma apenas temporária.

Uma dificuldade análoga diz respeito à quantificação dos impactos que a junção de concorrência e cooperação produzem sobre a competitividade. Dada a grande diversidade das práticas e dos resultados obtidos é difícil estabelecer, de forma precisa, os mecanismos que relacionem essas combinações ao dinamismo.

Supondo, no entanto, que de fato a identidade sociocultural seja determinante para o sucesso dos distritos, faz-se necessária uma outra questão de especial interesse aos países em desenvolvimento: em que medida é possível replicar o dinamismo encontrado nos distritos em regiões com outros processos históricos, em que não existam os mesmos padrões de identidade? Uma resposta satisfatória para essa questão é de difícil solução e ainda não se encontra disponível na literatura.

Ainda motivado pelo exame dos distritos industriais, deve-se considerar as perspectivas de competitividade de arranjos produtivos fundamentados em pequenas e médias empresas. As mudanças tecnológicas e os novos padrões de concorrência internacional, que se iniciaram na década de 70, sugeriram a diversos autores que o sistema e produção em massa estaria em crise, abrindo espaço para organizações flexíveis, mais fáceis de serem implantadas nas empresas menores. No entanto, verificou-se posteriormente que se, de fato, alguns setores passaram a não se estruturar com produções em grande escala, não necessariamente apresentaram oportunidade às firmas de pequeno porte. De outro lado, muitos setores ainda permanecem

adequados para a produção em massa, com franca vantagem para as grandes corporações.

Nesse sentido, parece ser mais adequada a conclusão de inspiração marshalliana de que as grandes empresas continuarão tendo vantagens consideráveis sobre as menores em grande parte dos setores importantes. Entretanto, serão mantidos espaços para as pequenas e médias firmas em alguns setores específicos, sendo que as referidas mudanças tecnológicas e no padrão de concorrência contribuem para essa realidade. Parece claro, portanto, a despeito das ponderações feitas, que nesses contextos em que existem oportunidades para as empresas pequenas e médias, a organização em clusters é superior às estruturas em que as firmas atuam de forma isolada.

As considerações elaboradas até aqui permitem-nos agora sintetizar as conclusões acerca da realidade e das perspectivas envolvendo os clusters em países em desenvolvimento.

Inicialmente, deve-se ressaltar que os trabalhos de Perroux e Hirschman, elaborados na década de 50, apesar de apresentarem uma perspectiva essencialmente distinta das abordagens recentes sobre os clusters, também se fundamentam nas possibilidades de geração de economias externas que decorrem da concentração geográfica e setorial de firmas. As diferenças concentram-se em três pontos principais. Em primeiro lugar, essas abordagens têm como argumento central à capacidade das concentrações industriais em desencadear processos de crescimento em outras regiões. Em segundo lugar, não existem considerações sobre o papel que as firmas de menor porte possam ocupar nessas aglomerações. Finalmente, não é atribuída qualquer relevância aos relacionamentos cooperativos entre agentes.

Os estudos recentes, no entanto, estão preocupados com o desenvolvimento local e não argumentam que os clusters possam irradiar processos de crescimento em outras regiões. Já as pequenas e médias empresas assumem relevância central, por representarem maiores possibilidades de emprego e envolverem menores necessidades de capital.

Finalmente, a importância dos relacionamentos cooperativos entre firmas, envolvendo a participação de instituições e de instâncias do governo, é bastante enfatizada, sendo que as recomendações de política concentram-se no seu fortalecimento. Frente a esses objetivos, a maioria dos trabalhos recentes que estudam os clusters em países periféricos tem como modelo a ser perseguido os distritos industriais europeus.

O que se observa em desenvolvimento é que existem diversos casos que podem ser classificados de clusters e que, de modo geral, a organização dessa forma facilitou a competição das firmas em mercados mais amplos, incluindo mercados externos.

No entanto, na maioria dos casos estudados, não é possível negar a importância dos baixos salários como fonte relevante para a diminuição dos custos e, portanto, do aumento da competitividade. Deve-se ressaltar ainda que, em alguns casos, a deterioração das condições de trabalho também foi verificada.

Observa-se também que, na maioria dos casos, os clusters de países em desenvolvimento apresentam maiores deficiências relativas à capacidade inovativa, à competitividade de pequenas e médias empresas e à cooperação entre as firmas. Tal constatação pode sugerir que existam maiores dificuldades para o aumento da competitividade em clusters presentes nessas regiões.

No entanto, é verificada pequena participação das autoridades públicas no auxílio ao fortalecimento desses arranjos produtivos e pouca utilização de centros de pesquisa e associações já existentes. Dessa forma, pode-se argumentar que políticas públicas específicas e incentivos para maior interação com instituições de pesquisa e associações podem contribuir para a superação dessas deficiências, aproximando esses clusters das situações verificadas nos países desenvolvidos.

Com relação às políticas públicas, a despeito das potencialidades de cada contexto específico, pode-se mencionar algumas sugestões de caráter geral. Primeiramente, deve-se concentrar esforços onde já existam elementos de um cluster em formação, respeitando as características preexistentes na região.

Em segundo lugar, é importante introduzir mecanismos que favoreçam soluções coletivas, estimulando o estabelecimento de relações cooperativas e o aumento da participação integrada dos setores público e privado. Finalmente, deve-se facilitar a aproximação das firmas com mercados potenciais, desenvolvendo fluxos de informação e auxiliando na implementação de estratégias de marketing.

Fica claro, entretanto, que existem limitações importantes para eficácia de políticas públicas voltadas para a formação e o fortalecimento dos clusters. Estas se manifestam de três formas principais. É necessário levar em conta que as iniciativas de cooperação precisam partir do interesse dos próprios agentes para que sejam sustentadas. Deve-se considerar ainda que o fortalecimento de

relações de interdependência exige períodos de tempo que não são previsíveis a priori. Finalmente, é fundamental que essas políticas articulem-se com políticas de âmbito nacional para evitar o aparecimento de conflitos entre regiões ou grupos de interesses.

Confrontando a análise teórica com as expectativas relatadas em diferentes países, pode-se concluir que independentemente das limitações identificadas e das dúvidas que permanecem, parece haver indícios suficientes pra confirmar a relevância do que está se chamando de economia de clusters industriais. Embora não se possa determinar com precisão a capacidade de se ampliar à competitividade das firmas envolvidas, parece não haver dúvidas de que existem oportunidades para pequenas e médias empresas associadas aos clusters, que não estariam presentes em situações em que essas firmas atuassem de forma isolada.

Nesse sentido, deve-se recomendar que políticas públicas que favoreçam o fortalecimento de clusters devam fazer parte de esforços complementares, articulados com estratégias mais amplas de política industrial e desenvolvimento. Mais do que isso, é interessante que existam estímulos para a formação de clusters que surjam de iniciativas espontâneas da sociedade, independentemente das medidas de política.

Um cenário possível é que no meio prazo possam existir, mesmo nos países mais atrasados, um conjunto de clusters distintos em importância econômica, capacidade competitiva e alcance de mercados, que no entanto contribuam para a geração de emprego e renda em suas regiões e consigam coexistir com as grandes corporações, mesmo em uma realidade de crescente integração internacional.

Pode-se identificar, finalmente, algumas direções para futuros esforços de pesquisa, que contribuam para o encaminhamento de questões que avancem a compreensão da economia dos clusters industriais e suas relações com o desenvolvimento.

Com relação aos esforços teóricos, fica claro que a continuação dos trabalhos envolvendo, de um lado, a relação entre economias externas e retornos crescentes e, de outro, os processos de inovações incrementais será relevante para o entendimento dos clusters. Nesse sentido, uma abordagem que pudesse tratar conjuntamente esses dois fatores de aumento da produtividade representa um passo fundamental. Associado a esses trabalhos, pode-se mencionar também a necessidade de se avançar em pesquisas que aprofundem o

conhecimento dos mecanismos que relacionam a combinação concorrência-cooperação com o dinamismo econômico.

Para verificar a extensão que pode assumir o fenômeno dos clusters, seriam relevantes trabalhos que pudessem identificar em que setores, ou quais produtos, são mais adequados para esse tipo de organização. Ressalta aqui que os trabalhos examinados apresentam um claro viés para atividades industriais. No entanto, não fica claro quais são as restrições para a formação de clusters de serviços ou de atividades primárias.

Outro aspecto que merece investigações futuras diz respeito ao papel de identidades socioculturais na melhoria dos relacionamentos econômicos. Nessa direção, conecta ao tema dos clusters o crescente interesse envolvendo a noção de capital social. Frente aos trabalhos empíricos são identificadas quatro necessidades principais. Em primeiro lugar, mostra-se relevante o acompanhamento das trajetórias dos clusters que são apontados como casos de sucesso. Em segundo lugar, principalmente em países atrasados, é importante que sejam conduzidos mapeamentos, que procurem os clusters e especificar suas características. Em terceiro lugar, parece oportuno que existam estudos que comparem os clusters com outras formas de organização da atividade que, eventualmente, coexistam em setores semelhantes.

Finalmente, é importante ressaltar a necessidade de trabalhos que focalizem clusters específicos, entendendo suas potencialidades e deficiências, e procurem detalhes políticos e incentivos, que possam contribuir para o seu fortalecimento.